

**DECRETO Nº 7.316 de 09 de fevereiro de 2026.**

**Declara Situação anormal, caracterizada como situação de emergência NÍVEL II, nas áreas do Município afetadas por Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas – Caobrade - 1.3.2.1.4, conforme PORTARIA Nº 260, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 74, inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal, e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

**CONSIDERANDO** que em decorrência do alto volume de chuvas que atingiram o Município desde o mês de janeiro de 2026, especificadamente à partir do dia 03/01/2026, registrando um acumulado da ordem de 471,4mm de precipitações pluviométricas, ocasionando deslizamentos, em áreas urbanas e rurais, localizadas em diversos logradouros e ventos que causaram quedas de árvores interrompendo o fornecimento de energia em quase todo o Município;

**CONSIDERANDO** que o fenômeno pluviométrico causou sérios e graves danos, provocando prejuízos à população local, com deslizamentos, desmoronamento de casa, rompimento da rede elétrica telefonia e lógica, constantes no Formulário de Informações de Desastre – FIDE, sob o protocolo S2iD: RJ-F-3304003-13214-20260201, que comprometeram a capacidade de resposta da administração local; e consequentemente transtornos e problemas de toda a ordem à comunidade como um todo, perturbando a normalidade da vida dos munícipes das áreas afetadas e da própria Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que essas chuvas intensas provocaram no Município de Pirai, resultados naturais desastrosos, acarretando danos materiais e ambientais, principalmente colocando em risco vidas humanas;

**CONSIDERANDO** que o desastre causou transtornos e interrupções nos trechos da Rodovia Estaduais RJ 145 e RJ 141, com quedas de barreiras com deslizamento dos taludes, queda de árvores, em diversos trechos;



**CONSIDERANDO** que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Pirai, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à Declaração de Situação de Emergência.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarada situação anormal, caracterizada como **Situação de Emergência Nível II**, por 80 dias, nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **CHUVAS INTENSAS (COBRADE – 1.3.2.1.4)**, **Desastre de Nível II**, conforme Portaria nº 3.646, de 20 de dezembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

**Parágrafo Único** - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Informações de Desastres – FIDE.

**Art. 2º** - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de respostas ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º** - Autoriza-se à convocação de servidores municipais extraordinariamente e voluntários, para reforçar as ações de resposta ao desastre elaboradas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, no sentido de amenizar as consequências do supracitado desastre.

**Art. 4º** - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se às autoridades administrativas municipais e os agentes de Defesa Civil Municipais, diretamente responsáveis pelas ações de respostas aos desastres, em caso de risco iminente a:

**I** - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas.

**II** - Usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos, no caso de iminente perigo público ou comprometer a segurança das pessoas, instalações e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.



**Parágrafo Único** - Será responsabilizado o agente da Defesa Civil Municipal ou a autoridade administrativa municipal que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5º** - De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

**§ 1º** - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§ 2º**. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

**Art. 6º**. Com base no Inciso VIII do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

**Art. 7º**. A Secretaria Municipal de Fazenda sob a orientação da Coordenadoria de Controle Interno do Município, desde já fica autorizada a tomar as medidas cabíveis, de caráter orçamentário-financeiro, para viabilizar as ações das: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Ordem Pública e Mobilidade Urbana à situação de emergência existente no Município.

**Art. 8º**. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI**, em 09 de fevereiro de 2026.



**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Prefeito Municipal